



Abaçai Cultura e Arte

CNPJ: 50.590.215/0001 - 88

Demonstrações Financeiras - (Valores em reais)

Balanco Patrimonial 31 de Dezembro de 2016 e 2015 - (valores em reais)				Superávit Ou Déficit dos Exercícios Findos em 31/12/16 e 2015			
Ativo	Notas	2016	2015	Passivo	Notas	2016	2015
Circulante		3.430.416	5.309.893	Circulante		3.655.943	5.637.012
Caixa e Equivalentes de Caixa		3.422.284	2.218.069	Fornecedores de bens e serviços	9	276.690	487.732
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	3.422.284	2.218.069	Obrigações Trabalhistas	10	433.150	823.134
Créditos a Receber		8.132	3.091.824	Obrigações Tributárias		104.694	1.864
Tributos a Recuperar		-	75	Recursos de Projetos em Execução -			
Despesas Antecipadas	18	-	42.974	Secretaria da Cultura	8	2.384.464	3.351.553
Outros Créditos		8.132	19.843	Recursos de Projetos em Execução -			
Contrato de Gestão a Receber -				Secretaria da Deficiência	8	405.287	777.211
Secretaria da Cultura	5	-	3.028.932	Outros Recursos de			
Não Circulante		634.969	1.670.969	Projetos em Execução	8	51.657	195.518
Realizável a Longo Prazo		571.740	1.447.691	Total do Passivo + Patrimônio Líquido		4.065.385	6.980.861
Aplicações Financeiras Secretaria Cultura -				Patrimônio Social	12	9.902	13.499
Recursos com Restrição	6	285.429	1.183.909	Patrimônio Social		9.902	13.499
Aplicações Financeiras Secretaria do Deficiente -				Total do Passivo + Patrimônio Líquido		4.065.385	6.980.861
Recursos com Restrição	6	260.041	237.512	Fundo de Reserva do CG -			
Depósitos Judiciais	11	26.270	26.270	Secretaria da Cultura	6	126.000	126.000
Imobilizado		7 63.229	223.278	Imobilizado com Restrições -			
Bens Imobilizados		107.904	781.778	CG Secretaria da Cultura	7	-	158.436
(-) Depreciação Acumulada		(44.675)	(558.500)	Fundo de Reserva do CG -			
Total do Ativo		4.065.385	6.980.861	Secretaria Deficientes	8	96.309	96.309

Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31/12/16 e 15			
	Patrimônio Social	Superávit/ Déficit	Total do Patrimônio
Saldos Iniciais em 01/01/2015	10.467	6.629	17.096
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Exercício		(3.597)	(3.597)
Saldos finais em 31/12/2015	10.467	3.032	13.499
Movimentação do Período			
Superávit/Déficit do Exercício		(3.597)	(3.597)
Saldos finais em 31/12/2016	10.467	(565)	9.902

Notas Explicativas Exercícios findos em 31/12/16 e de 15.

1. Contexto operacional - A Abaçai Cultura e Arte criada em 07 de julho de 1977, é uma organização social de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada em 28/12/2004 como Organização Social de Cultura por ato do Governador do Estado de São Paulo. Ela tem por finalidade: fomentar o desenvolvimento de práticas e produção cultural por meio de teatro, música, dança folclore e ações de inclusão social, como meio de produção e desenvolvimento econômico e social de combate à pobreza; a promoção à cultura; e a defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico. A Organização possui como principais fontes de manutenção de suas atividades o Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado da Cultura do Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiente do Estado de São Paulo ou patrocínio de projetos, inclusive por Lei de Incentivo à cultura. A Organização goza da isenção de tributação de renda e da contribuição social sobre o superávit, por se tratar de uma organização social, sem fins lucrativos, todavia, contribui com o imposto de renda incidente sobre ganhos em aplicações financeiras mediante retenção por parte das instituições financeiras nas quais as aplicações financeiras são realizadas. As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho fiscal e Conselho Deliberativo da Organização na data 10/02/2017, conforme ata de reunião. **2. Apresentação das demonstrações contábeis a) Declaração de conformidade** - As demonstrações contábeis da Organização, findas em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades sem finalidade de lucros, conforme pronunciamento ITG 2002 "Entidade sem finalidade de lucro", Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) TG07 "Subvenções e assistência governamentais", todas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **b) Base de mensuração** - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação** - A moeda funcional da Organização é o real. Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas e julgamentos** - A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Não há informações sobre julgamento crítico referente às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. **e) Demonstração do resultado abrangente** - Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação) que não são reconhecidos na demonstração do superávit ou déficit como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. A Organização não está apresentando a demonstração do resultado abrangente em função de não haver nenhuma transação passível de alocação no resultado abrangente. **3. Principais políticas contábeis** - As principais práticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis. **a) Instrumentos financeiros** - Ativos financeiros não derivativos A Organização reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Organização se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Organização tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como esse no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado se a Organização gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Organização. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Passivos financeiros não derivativos Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Organização se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Organização baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. A Organização tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar. Esses passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - São representados por valores de liquidez imediata e com vencimento original de até 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor, apresentados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos até as datas dos balanços e ajustadas, quando aplicável, ao seu equivalente valor de mercado, se inferior ao saldo contábil. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, banco conta movimento e aplicações financeiras. **c) Instrumentos financeiros derivativos** - Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2016. **d) Apuração do superávit ou déficit e reconhecimento das receitas e despesas de recursos vinculados** - O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Recursos vinculados compreendem aos valores recebidos pela Organização e que somente poderão ser utilizados em propósitos específicos, conforme determinado em seus respectivos contratos. Esses recursos possuem como contrapartida e conta de projetos a executar. Os valores recebidos e empregados do contrato de gestão e projetos especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura Secretaria de Estudos dos Diretos da Pessoa com Deficiência e Lei Rouanet, são registrados da seguinte forma: • Recebimento dos recursos: quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa e o crédito de projetos a executar no passivo circulante, conforme observado na NBC TG 07. O reconhecimento da receita é registrado a débito do passivo de projetos a executar a contrapartida no resultado do exercício em receita de contrato de gestão e receita incentivada, simultaneamente e pelo mesmo valor. • Consumo com despesas: quando ocorrem os gastos no decorrer do exercício ou fechamento de contratos com prestadores de serviços para realização dos serviços do orçamento anual contido no contrato de gestão referentes ao

mês de dezembro, especificamente, independente da emissão da nota fiscal de serviços e do desembolso financeiro estes contratos têm suas despesas correspondentes reconhecidas em contrapartida no passivo circulante. Dessa forma, os contratos de prestadores de serviços, cujo desembolso financeiro ainda não ocorreu, estarão já reconhecidos como despesas do exercício apesar de não constarem na prestação de contas da Secretaria da Cultura, pois somente serão apresentados em prestação de contas quando houver o desembolso financeiro. A entidade parte do princípio que cumpre todas as prerrogativas exigidas pelo contrato de gestão para que tais despesas sejam reconhecidas no resultado em consonância com as respectivas receitas oriundas do contrato de gestão. Não considerando a aprovação da prestação de contas pelos órgãos fiscalizatórios como indispensável para o reconhecimento de receitas e despesas. Sendo assim sua contabilização obedece ao determinado pela (NBC) TG07 "Subvenções e assistência governamentais". • Rendimento de aplicações financeiras: quando ocorre o rendimento de aplicações financeiras de recursos incentivados são reconhecidos a débito de caixa e equivalentes de caixa e a crédito de projetos a executar no passivo circulante. **e) Imobilizado** - Reconhecimento e mensuração Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperáveis (impairment) acumuladas, quando necessário. Depreciação A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando - se no método linear com relação as vida úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado. As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

	01/01/2016	01/01/2015
Móveis e Utensílios	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Software	5 anos	5 anos
Equipamentos de Informática e comunicação	5 anos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **f) Avaliação ao valor recuperável de ativos (impairment)** - A Administração da Organização revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão para "Redução ao valor recuperável", ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **g) Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos** - A Administração da Organização não pratica transações significativas de vendas a prazo com valores pré - fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações estão mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes. **h) Provisões** - Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Organização tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflète as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)** - Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômico - futuros serão gerados em favor da Organização e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Organização possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar - lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **j) Gerenciamento de risco** A Organização apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de liquidez; • Risco de crédito; • Risco de mercado; A Organização apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos mencionados, os objetivos da Organização, as políticas e os processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 16. • Estrutura do gerenciamento de risco As políticas de gerenciamento de risco da Organização são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e os sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Organização. **l) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: • Ativos contingentes: são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; • Passivos contingentes: são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. **k) Demonstração dos fluxos de caixa** A Administração da Organização apresenta fluxos de caixa às atividades operacionais usando método indireto, segundo o qual resultado líquido é ajustado pelos efeitos de transações e que envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxo de caixa das atividades de investimentos ou de financiamento.

Superávit Ou Déficit dos Exercícios Findos em 31/12/16 e 2015			
Receitas Operacionais Vinculadas	Notas	2016	2015
Com Restrição		11.693.865	13.410.379
Recursos do Contrato de Gestão -			
Sec da Cultura	8	9.301.704	11.740.432
Recursos do Contrato de Gestão -			
SEDP Deficientes	8	2.017.968	1.503.337
Patrocínio de Projetos	8	-	-
Convênio Fundação Cassiano Ricardo		204.476	166.444
Outras Receitas Com Restrição		169.718	165.68
Custos e Despesas Operacionais Vinculadas			
Com Contratos de Gestão		(11.323.268)	(13.247.532)
Eventos	13	(3.575.330)	(5.331.441)
Pessoal	14	(6.386.802)	(5.952.238)
Prestação de Serviços		(91.396)	(584.415)
Despesas Administrativas Gerais		(1.120.795)	(1.204.230)
Despesas Financeiras		(127.006)	(162.179)
Outras Despesas (tributaria)		(21.940)	(13.029)
Superávit Bruto Vinculado		370.597	162.847
Despesas Operacionais Não Vinculadas ao Contrato de Gestão		(374.194)	(166.444)
Custos do Convênio Fundação Cassiano Ricardo		(202.780)	(164.508)
Custos com PRONAC		(169.718)	-
Despesas Financeiras Fundação Cassiano Ricardo		(1.696)	(1.936)
Superávit do Exercício		(3.597)	(3.597)

Fluxo de Caixa Exercícios Findos em 31/12/16 e 15

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
	Notas	2016	2015
Superávit(Déficit) do Período		(3.597)	(3.597)
Ajustes por: (+) Depreciação	2 - e	67.859	58.773
Superávit(Déficit) Ajustado		64.261	55.376
Aumento(Diminuição) nos Ativos Circulantes			
Recursos de Contrato de Gestão		3.028.932	(3.028.932)
Tributos a Recuperar		75	5.403
Outros Créditos		11.711	20.425
Depósitos Judiciais		-	(4.573)
Despesas Antecipadas		42.974	29.055
Aumento(Diminuição) nos Passivos Circulantes			
Fornecedores de bens e serviços	7	(211.042)	(358.753)
Obrigações com Empregados	8	(389.984)	(43.526)
Obrigações Tributárias		102.830	(81.961)
(=) Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais		2.649.757	(3.407.486)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações Financeiras Realizável a LP	5	875.951	(334.807)
Baixa de ativo Imobilizado por			
Termino do contrato de Gestão	6	92.190	(59.354)
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento		968.141	(394.160)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Contrato de Gestão	9	(2.413.682)	2.097.239
(=) Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Financiamento		(2.413.682)	2.097.239
(=) Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.204.216	(1.704.407)
(=) Aumento/Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período		2.218.069	3.922.476
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		3.422.284	2.218.069

Aplicações financeiras			
	2016	2015	
Aplicações financeiras	30.153	37.441	
Contrato de Gestão nº 025/2008 - 3.896			
Aplicações financeiras	-	3.896	
Convênio Pronac	18.685	158.051	
Bancos conta Movimento	-	150.000	
Aplicações financeiras	18.685	8.051	
Total:	3.422.284	2.218.069	

Os saldos de bancos conta movimento são representados, principalmente, por contas correntes mantidas em instituições financeiras nacionais. As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem - se substancialmente a aplicações em fundos de investimentos e estão apresentados a valor de mercado. Os recursos vinculados a projetos referem - se substancialmente a recursos recebidos pela Organização que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e passivos com pessoal, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 10. **5. Contrato de Gestão a Receber** - Secretaria da cultura Esta rubrica apresenta em 31/12/2015 saldo a receber da Secretaria da Cultura no valor de R\$ 3.028.932 referente a última parcela do Contrato de Gestão com a Secretaria da Cultura para o exercício de 2015, porém por motivos alheios a esta Organização Social, o valor somente foi liberado no decorrer do exercício de 2016. Dessa forma a realização do plano de trabalho previsto no 8º Termo de Aditamento para o exercício de 2015 só foi possível de ser executado devido a saldo financeiro de anos anteriores mantidos pela organização oriundos de critérios de economicidade e eficiência adotados pela organização social.

6. Aplicações financeiras de LP/Descrição			
	2016	2015	
Contrato de gestão Sec. Da Cultura	CG 010/2011	CG 010/2011	
Aplicação financeira - c/c 5577 - 8 BB	99.108	1.013.767	
Aplicação financeira - c/c 5566 - 2 BB	186.320	170.142	
Contrato de gestão SEDP	CG 025/2014	CG 025/2014	
Aplicação financeira - c/c 7344-x BB	150.741	137.652	
Aplicação financeira - c/c 7516-7 BB	109.300	99.860	
Total:	545.469	1.421.421	

A aplicação financeira do contrato de gestão corresponde aos 6% retidos dos recursos repassados, a título de fundo de reserva e do fundo de contingência trabalhista, sob a tutela do Conselho de Administração da Organização. Sua utilização está condicionada a prévia aprovação do Conselho de Administração da Organização, em caso de desequilíbrio financeiro ocasionando por eventuais atrasos no recebimento de recursos por repasse em relação ao contrato de gestão com o plano de restituição. Fundo de reserva e de contingência: corresponde a recursos retidos do contrato de gestão a título de reserva com destinação específica. Após o encerramento do Contrato de Gestão nº 025/2008, os recursos foram transferidos para o Contrato de Gestão sob nº 10/2011. Esses recursos estão mantidos em aplicações financeiras, acrescidos de seus rendimentos. Uso do Fundo de Reserva: Em sua clausula Primeira o 10º aditamento alterou o Sistema de Pagamento do anexo Técnico II para redução de recursos orçamentários, no montante de R\$ 1.100.000. Este mesmo aditamento autorizou o uso de R\$ 1.000.000 do Fundo de Reserva existente em 31/12/2015 para uso em 2016 como receita do Contrato de Gestão. Demonstrado no quadro acima pela movimentação do saldo. **7. Ativo Imobilizado** O ativo imobilizado da Organização está integralmente localizado no Brasil e é empregado exclusivamente em suas atividades. As adições ocorridas durante o exercício de 2016 foram necessárias para a continuidade das atividades de operacionalização e para atendimento ao contrato de gestão. Os detalhes do ativo imobilizado da Organização estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Descrição	2016			
	Depreciação %	Corrigido	Imobilizado	Imobilizado
Imobilizado Total				
Obras de arte	- 1.000	-	1.000	1.000
Móveis e utensílios	10%	47.982	(23.469)	24.513
Máquinas equipamentos	10%	22.437	(9.323)	13.114
Computadores e Periféricos	20%	34.135	(11.409)	22.726
Instalações	10%	2.350	(474)	1.876
Benefitorias Imóveis de Terceiros	-	-	-	-
Imobilizado Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Total do Imobilizado		107.904	(44.675)	63.229
CG 010/2011 - Sec. Cultura				
Móveis e utensílios	10%	-	-	34.137
Computadores e periféricos	20%	-	-	77.393
Máquinas equipamentos	10%	-	-	10.497
Direito de uso de software	20%	-	-	27.179
Instalações	10%	-	-	9.050

>>>Continuação...

Total CG:	158.436				
CG 025/2014 Sec. Deficientes					
Móveis e utensílios	10%	22.562	(4.375)	7.942	14.178
Computadores e periféricos	20%	34.135	(11.409)	18.187	17.387
Máquinas equipamentos	10%	11.526	(3.584)	22.726	-
Instalações	10%	2.350	(474)	1.876	1.278
Total: CG		70.573	(19.842)	54.731	32.843

Obrigações com o Estado - imobilizado: a Organização adota como critério para reconhecimento de obrigação de longo prazo para com o Estado, o registro de valor equivalente ao montante de seu ativo imobilizado vinculado ao contrato de gestão. O saldo da rubrica é aumentado em contrapartida de lançamento na rubrica de receita, sempre que há nova aquisição, e reduzido em contrapartida da rubrica de depreciação acumulada. Imobilizado Total - Abaçaí Corresponde aos bens patrimoniais de propriedade da Organização antes do contrato de gestão acrescidos dos valores dos bens patrimoniais destacados em seguida e adquiridos com verbas do contrato de gestão. **Imobilizado** - Contrato de Gestão A Administração da Organização deve comunicar à unidade gestora todas as aquisições de bens móveis e imóveis que forem realizadas, bem como o acervo adquirido ou doado para ser patrimonializado pela Secretaria de Estado da Cultura e Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no prazo de 30 dias após sua ocorrência. **Movimentações no ativo imobilizado total:**

	Saldos		Saldos	
	31/12/15	Adições	Baixas	31/12/16
Imobilizado	37.310	-	(14.873)	22.437
Máquinas e Equipamentos	37.310	-	(14.873)	22.437
Móveis e Utensílios	210.078	1.061,00	(163.158)	47.981
Computadores e Periféricos	295.166	15.590,00	(276.620)	34.136
Instalações	16.107	0,00	(13.757)	2.350
Benfeitorias Imóveis de Terceiros	44.913	-	(44.913)	-
Obras de Arte	1.000	-	-	1.000
Imobilizado Exercício Anterior	104.461	-	(104.461)	-
Software/Programa de Computadores	72.743	12.811	(85.554)	0,02
Total de Imobilizado:	781.778	29.462	(703.336)	107.904

7 A - Baixas Imobilizado - Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo:

As baixas de bens imobilizados se referem ao término do Contrato de Gestão 10/2011 celebrado entre a Abaçaí Organização Social de Cultura e a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo. Os bens foram devidamente identificados e planilhados por representantes de ambas as partes e retirados por funcionários da Secretaria acompanhados por funcionário da Abaçaí. Encontra-se na Organização uma listagem com os bens devolvidos a Secretaria da Cultura por término do Contrato de Gestão, conforme estipulado em cláusula de CONTRATO. **8. Recursos de Projetos - • Contrato de Gestão nº 25/2008 - Secretaria da Cultura** - Os recursos do Fundo de Reserva no montante de R\$ 126.000 e do Fundo de Contingência Trabalhista no montante de R\$ 619.415 referentes a este contrato de gestão foram autorizados a sua transferência para o novo contrato de gestão sob nº 10/2011. A Administração da Organização está em discussão para direcionamento dos recursos junto à Secretaria do Estado da Cultura do Estado de São Paulo. **• Contrato de Gestão nº 10/2011 - Secretaria da Cultura** - Em 29 de dezembro de 2011, foi firmado o contrato de gestão sob nº 10/2011, com vigência de 01 janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2015, junto a Secretaria de Estado da Cultura do Estado de São Paulo, conferindo recursos financeiros destinados ao fomento e à operacionalização da execução dos programas e projetos determinados pela Secretaria do Estado da Cultura. O presente contrato teve importância global estimada em R\$ 54.299.316. Em 23/12/2015 este contrato teve seu 9º aditamento determinando como valor total do Contrato de Gestão R\$ 54.496.167. No ano de 2016 foi assinado o 10º aditamento o qual destinou o montante de R\$ 9.900.000,00 para as atividades a serem desenvolvidas até o término do contrato de gestão 10/2011. Em sua cláusula Primeira o 10º aditamento alterou o Sistema de Pagamento do anexo Técnico II para redução de recursos orçamentários, no montante de R\$ 1.100.000. • Término do Contrato de Gestão nº 10/2011 com a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo O 10º aditamento do contrato de gestão 10/2011 determinou sua prorrogação até 31/12/2016. O término se deu através de chamamento, o qual teve como vencedor outra Organização Social. A prestação de contas se dará obedecendo ao artigo 117 da Resolução nº 2/2016 do Tribunal de Contas e demais normas, como por exemplo, devolução do saldo não utilizado e devolução do ativo imobilizado adquirido com recursos do Contrato de Gestão. A devolução do Ativo Imobilizado está demonstrada e explicada na nota explicativa n 7 e 7º. De acordo com cláusula contratual foi dado 90 dias para a prestação de contas, cujas despesas foram relacionadas e acordadas entre as partes, como por exemplo, o salário de 16 pessoas, aluguel, energia, publicação do Diário Oficial, auditoria independente, serviço jurídico etc. Essas despesas não farão parte de 2016, faremos apenas um relatório comprobatório, pois não houve Termo Aditivo prorrogando o Contrato, e sim um apostilamento, concedendo 90 dias para prestação de contas e devolução dos valores relacionados ao Contrato de Gestão 10/2011; valores aplicados sob o título de Fundo de Reserva e contingências, demonstrados na nota explicativa n 6. • Contrato de Gestão nº 025/2014 - Secretaria de Estudos dos Diretos da Pessoa com Deficiência O objeto do Contrato de Gestão com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Estado de São Paulo tem como objetivo a operacionalização da gestão e execução dos serviços de atendimento ou promoção dos direitos das pessoas com deficiência do Memorial da Inclusão, que está instalado no térreo da Secretaria da Pessoa com Deficiência, no Memorial da América Latina. Está previsto no Plano Operacional, as seguintes atividades: 1) Exposições Permanentes, Itinerante, Virtual, Temporárias e Mídia Social; 2) Ação Educativa e Educação a Distância; 3) Estudos e Pesquisas; 4) Eventos/Virada Inclusiva. O Contrato de Gestão nº 025/2014, assinado em agosto de 2014 tinha validade até fevereiro de 2015, porém foi prorrogado até dezembro de 2015 com as mesmas atividades (1,2,3, e 4), sendo as mesmas plenamente executadas no exercício de 2015. O valor total do contrato é de R\$1.758.409 (um milhão, setecentos e cinquenta e oito mil e quatrocentos e nove reais). • Término do Contrato de Gestão nº 025/2014 com a Secretaria de Estudos dos Diretos da Pessoa com Deficiência Em 12/12/2016 este contrato teve seu 8º Termo de Aditamento, prorrogando seu término para 31/03/2017. O aditamento trata da prorrogação por mais 90 (noventa) dias, sendo que ao final deste prazo deverá ser elaborada uma prestação de contas junto a Secretaria. No 1 trimestre de 2017, período estipulado para término do contrato não houve repasse de recursos por parte da Secretaria, devido a Organização Social contar com recursos próprios oriundos de suas reservas. **8 A - - Demonstrações Contábeis Individuais do Contrato de Gestão nº 010/2011 - Secretaria da Cultura** - Balanço Patrimonial 31/12/2016.

	2016	2015
Ativo	31/12/2016	31/12/2015
Circulante / Recursos Contrato de Gestão	2.757.399	1.289.053
Contrato de Gestão a Receber	-	3.028.932
Impostos a recuperar	-	75
Outros Créditos	4.135	11.454
Despesas Antecipadas	-	40.411
Total do ativo circulante	2.761.531	4.369.925
Não Circulante / Investimento de longo prazo	285.429	1.183.909
Depósitos judiciais	26.270	14.943
Imobilizado	-	158.436
Total do ativo não circulante	311.699	1.357.288
Total do Ativo	3.073.230	5.727.213

	2016	2015
Passivo	31/12/2016	31/12/2015
Circulante / Fornecedores	184.393	365.665
Salário, Férias e Encargos	291.347	651.696
Obrigações Tributárias	89.264	90.618
Projetos a executar	2.384.464	3.560.797

	2016	2015
Total do passivo circulante	2.949.468	4.668.777
Não Circulante / Fundo Reserva Contrato Gestão	-	774.000
Fundo Reserva de contingência trabalhista	126.00	126.000
Obrigações com o Estado - Imobilizado	-	158.436
Total do passivo não circulante	1.26.000	1.058.436
Patrimônio social	(2.238)	-
Total do patrimônio líquido	(2.238)	-
Total do Passivo	3.073.230	5.727.213

	31/12/2016	31/12/2015
8 B - Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício - Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Receitas operacionais		
Recursos Recebidos no Período	9.293.508	11.740.432
Recursos do contrato de gestão	9.293.508	11.740.432
Total das Receitas Operacionais	9.293.508	11.740.432
Despesas operacionais (Contrato de Gestão)		
Pessoal	(5.388.302)	(5.358.863)
Eventos	(2.891.154)	(5.331.437)
Consult/Assessorias/Prest. Serviços P/J/PF	(263.776)	(255.393)
Despesas Administrativas/Operacionais	(750.275)	(794.738)
Total das Despesas Operacionais (Déficit) Superávit do exercício	(9.293.508)	(11.740.432)

8 C - Demonstrações Contábeis Individuais do Contrato de Gestão nº 025/2014 - Secretaria de Estudos dos Diretos da Pessoa com Deficiência

	2016	2015
Balanço Patrimonial 31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Ativo	31/12/2016	31/12/2015
Circulante / Recursos Contrato de Gestão	616.047	729.588
Caixa e equivalente de caixa	616.047	729.588
Outros Créditos	-	8.389
Despesas de Exercício Seguinte	-	2.564
Total do Ativo Circulante	616.047	740.540
Não Circulante		
Investimento de longo prazo	260.041	237.512
Imobilizado	51.089	49.105
Total ativo não circulante	311.130	286.617
Total do ativo	927.177	1.027.157

	2016	2015
Passivo	31/12/2016	31/12/2015
Circulante / Débitos Contrato de Gestão		
Projetos a executar	405.287	554.402
Fornecedores	90.995	119.967
Salários, férias e encargos sociais	141.935	76.066
Obrigações Tributárias	15.418	4.808
Total do passivo circulante	653.636	755.243
Não Circulante / Fundo Reserva Contrato de Gestão	96.309	96.309
Fundo Reserva de contingência trabalhista	126.500	126.500
Obrigações com Estado - Imobilizado	50.731	49.105
Total do Passivo não Circulante	273.540	271.914
Total do Passivo	927.177	1.027.157

8 D - Demonstração de Superávit ou Déficit do Exercício - Descrição

	2016	2015
Receitas operacionais		
Recursos Recebidos no Período	2.017.968	1.503.337
Receitas do Contrato de Gestão	2.017.968	1.503.337
Total das Receitas Operacionais	2.017.968	1.503.337
Despesas operacionais (Contrato de Gestão)		
Eventos	(874.188)	(812.889)
Pessoal	(998.500)	(523.546)
Consultoria Assessorias/Prestação Serviços P/J/PF	(39.241)	(54.300)
Despesas Administrativas/Operacionais	(77.244)	(92.489)
Despesas Financeiras	(28.794)	(20.113)
Total	2.017.968	1.503.337

(Déficit) Superávit do exercício

Outras informações dos Contratos de Gestão - Por força dos contratos de gestão, a Organização está obrigada a cumprir determinadas metas, desenvolvimento das atividades, cumprimento das metas e do retorno obtido pela organização social com a aplicação dos recursos sob sua gestão, as quais são trimestralmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Organização poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução dos repasses contratados a descontinuidade do contrato de gestão. A Administração da Organização avalia que em 2015/2016 as metas foram cumpridas e aguarda a formalização conclusiva da análise dos relatórios de atividades encaminhados à Secretaria de Estado da Cultura e a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Até o momento, não houve qualquer manifestação contrária por parte de ambas secretarias.

9. Fornecedores - Descrição

	2016	2015
Fornecedores	276.690	487.732
Total:	276.690	487.732

Refere-se a obrigações decorrentes de compras de materiais de escritório e outros, e contratação de prestadores de serviços e pessoas físicas, bem como aos gastos com fornecedores do "Contrato de gestão", o qual corresponde aos compromissos assumidos com fornecedores quando a aquisição de materiais e contratação de prestadores de serviços, cuja liquidação ocorre no mês subsequente. Referem-se a gastos relacionados ao desenvolvimento das atividades conforme estabelecido no programa de trabalho da Organização, enviada para a Secretaria da Cultura e Secretaria de Estado dos Diretos da Pessoa com Deficiência.

10. Obrigações Trabalhistas - Descrição

	2016	2015
Provisão de férias e encargos	177.337	374.433
Salários a pagar	101.977	178.260
INSS a recolher	112.194	96.328
FGTS a recolher	16.386	34.732
PIS a recolher	6.678	6.109
INSS a recolher s/ PF e PJ	16.783	36.523
Contribuição sindical a recolher	-	149
Rescisões e Pensão Alim. A Pagar	1.795	3.023
Total:	433.150	729.557

11. Provisão contingências e Depósitos Judiciais - A Organização, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração apoiada de seus assessores jurídicos e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. A rubrica contábil "Reserva de contingência" no montante de R\$ 126.000 foi constituída e aprovada pela secretaria da Cultura para cobertura de eventuais contingências. Segundo a avaliação efetuada pelos assessores jurídicos da Organização, as contingências relacionadas com processos administrativos e judiciais nas esferas trabalhistas são resumidas e classificadas pelo critério de probabilidade de perda, conforme segue:

	2016	2015			
2015/2014 - probabilidades de perda Contingencia					
Deposito Judicial	Provável	Possível	Remota	Total	
Trabalhista	-	12.059	-	8.000	20.059
Cível	11.327	-	-	11.327	-
	11.327	-	-	8.000	31.386

a) O depósito judicial está registrado contabilmente desde 2012; b) A contingência remota de acordo com o CPC está somente divulgada na presente nota. Esta contingência foi julgada improcedente ação em face da ABAÇAÍ CULTURA E ARTE, e procedente em parte em face da FESP; c) Contingência Provável foi integralmente quitada em 2015, porém está aguardando recurso possível do reclamante. **12. Patrimônio líquido** - Patrimônio social O patrimônio social é constituído por bens móveis e imóveis que a Organização possui ou venha a adquirir por compra, doações, donativos, auxílios oficiais, dotações ou subvenções de qualquer tipo ou natureza, e

compreende o patrimônio social inicial acrescido dos valores de superávit (déficit) anuais destinados à manutenção de seu objeto social. Em caso de desqualificação da Organização no contrato de gesto, os bens adquiridos por meio dos recursos repassados serão transferidos integralmente a outra Organização social, qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº 846/1998 e no Decreto Estadual nº 43.493/1998. **13. Despesas com eventos - a) Contrato de Gestão 10/2011 - Secretaria da Cultura Despesas com Eventos**

	2016	2015
Revelando São Paulo	-	1.043.310
Revelando São Paulo - Vale do Paraíba	223.781	260.204
Revelando São Paulo Vale do Ribeira	158.688	186.816
Revelando São Paulo - Entre Serras e Aguá	180.144	202.682
Mapa Cultural Paulista	489.026	708.674
Atendimento aos Municípios	558.326	512.637
Encontro de Dirigentes de Cultura	-	18.423
Festival de Teatro de Caraguatatuba	107.968	311.629
Festival Nacional de MPB - Avare	45.213	85.585
Festival Nacional de MPB - Botucatu	48.170	80.544
Festival Nacional de MPB - Ilha Solteira	109.420	89.799
Festival Nacional MPB Batatais	159.887	179.010
Comissão Siste Inf. Plano Estadual de Cultura	-	63.130
P.H.H. - Encontro Paulista de Hip Hop	2.000	244.910
C.G.E. - Apoio Proj. Volt. P/ Cult. LGBT	-	105.760
Festival Nacional de MPB Barretos	-	84.777
C.G.E Centr. Cult. Mem. Divers. Sexual	-	390.812
Proj. Café c/ Viola e Ponteio - Sta. Fé do Sul	47.745	49.576
Proj. Café C Viola e Ponteio Batatais	72.148	49.468
C.G.E. Apoio Proj. Volt Cultura Negra	376.476	464.411
Apoio a Projeto Cultura Voltado para Outras Etnias	93.570	149.924
Programa de Acessibilidade	6.720	29.358
Capacitação para Elaboração Projeto Hip Hop	18.000	20.000
Total:	2.697.282	5.331.441

b) Contrato de Gestão 025/2014 - Secretaria de Estudos dos Diretos da Pessoa com Deficiência - Despesas com Eventos

	2016	2015
ESTUDOS E PESQUISAS		
Secretária da Pessoa Deficiente	16.088	66.965
EXPOSIÇÕES - Secretaria da Pessoa Deficiente	225.682	299.229
AÇÃO EDUCATIVA E EAD	-	-
Secretária da Pessoa Deficiente	6.701	21.847
VIRADA INCLUSIVA -	-	-
Secretária da Pessoa Deficiente	623.597	424.848
APOIO A EVENTOS E AÇÕES -	-	-
Secretária Pessoa Deficiente	5.980	-
Total Geral dos Eventos	878.048	812.889

14. Despesas com pessoal - Consolidado - Despesas com Pessoal

	2016	2015
Salários, Rescisões e Férias	3.352.628	3.229.270
INSS	827.529	967.961
Vale - refeição	300.750	302.935
Provisão de férias/13º Salário e Encargos	540.203	602.478
FGTS	769.253	306.291
Assistência médica / odontológica	453.046	427.046
Vale Transporte	68.973	62.472
PIS s/ folha	36.422	37.942
Outros	37.997	16.292
Total:	6.386.802	5.952.237

15. Partes relacionadas - A Organização possui transações com o Governo do Estado de São Paulo por meio das Secretarias de Cultura e dos Direitos da Pessoa com Deficiência, através das quais são recebidos montantes para custear as atividades da Organização, além do recebimento de bens integrantes do ativo imobilizado. Dessa forma, parcelas significativas dos ativos da receita da Organização estão relacionadas ao contrato de gestão com o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Cultura e Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Remuneração de administradores Os administradores da Organização são remunerados por meio de salários e registrados sob - regime CLT, que estão apresentados na rubrica "Despesa de pessoal", no resultado do exercício. Não há remuneração, direta ou indireta de Conselheiros. Sendo que a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência não prevê remuneração dos administradores do projeto. A Administração da Organização não possui planos de benefício pós - emprego, benefícios de rescisão de contrato, outros benefícios de longo prazo para a diretoria e Administração. **16. Instrumentos financeiros** - Os instrumentos financeiros da Organização incluem, principalmente: caixa, bancos, aplicações financeiras, fornecedores, salários e férias, contas a pagar e impostos a recolher. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros aproximam - se dos seus valores de mercado. A Administração e a gestão desses instrumentos são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e estabelecimento de sistemas de controle, devidamente monitorados pela Administração da Organização. **17. Gestão de risco** - • Considerações gerais e políticas A Organização possui uma política formal para gerenciamento de riscos, cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria, que se utiliza de instrumentos de controle por meio de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos. Risco liquidez É o risco que a Organização

>>>Continuação...

uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do

auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Organização para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Organização. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. São Paulo, 10 de fevereiro de 2017.

SENACONT Auditoria S/S - CRC 2 SP 25207/O - 3
Tatiane Brose Pires - Contador CRC 1 RS 061575/O - 4 "T"

**Interligação Elétrica Sul S.A.**

CNPJ/MF nº 10.261.111/0001-05

Demonstrações Financeiras**Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2016 e 2015 - (Em milhares de reais - R\$)**

Ativo	2016		2015		Passivo Circulante	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015		2016	2015	2016	2015
Circulante					Emprestimos e financiamentos	3.779	4.575		
Caixa e equivalentes de caixa	1.005	1.240			Fornecedores	6.730	6.826		
Contas a receber (ativo de concessão)	19.820	16.429			Obrigações tributárias e trabalhistas	487	443		
Outros ativos	868	667			Outras contas a pagar	6.009	1.738		
	21.693	18.336			17.005	13.582			
Não circulante					Não circulante				
Caixa restrito	1.591	1.573			Emprestimos e financiamentos	23.493	26.548		
Contas a receber (ativo de concessão)	307.688	287.180			PIS e COFINS diferidos	31.745	28.983		
	309.279	288.753			Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.406	12.411		
Total do ativo	330.972	307.089			74.644	67.943			

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social		Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
	Legal	Especial	Retenção de lucros			
Saldo em 31 de dezembro de 2014	201.857	671	3.187	9.557	-	215.272
Aumento de Capital	6.400	-	-	-	-	6.400
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.892	3.892
Reserva legal	-	195	-	-	(195)	-
Reserva especial	-	-	924	-	(924)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	2.773	(2.773)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	208.257	866	4.111	12.330	-	225.564
Aumento de Capital	3.258	-	-	-	-	3.258
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.502	10.502
Reserva legal	-	525	-	-	(525)	-
Reserva especial de dividendos	-	-	9.977	-	(9.977)	-
Reserva para retenção de lucros	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	211.515	1.391	14.088	12.330	-	239.324

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de reais R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. Contexto operacional: 1.1 Objeto social: A Interligação Elétrica Sul S.A. ("IESUL" ou "Companhia") é uma sociedade de capital privado, constituída no exercício de 2008, com o propósito de exploração de concessões de serviços públicos de transmissão prestados mediante a implementação da infraestrutura, a operação e a manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações, centros de controle e respectiva infraestrutura, incluindo os serviços de apoio e administrativos, a provisão de equipamentos e materiais de reserva, as programações, as medições e os demais serviços complementares necessários à transmissão de energia

elétrica, segundo os padrões estabelecidos no contrato de concessão firmado com o Poder Concedente em 16 de outubro de 2008, bem como na legislação e nos regulamentos aplicáveis. A Companhia foi criada por consórcio, composto pelas empresas CTEEP-Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (50%) e CYMI HOLDING S.A. (Incorporada pela CYMI Construções e Participações S/A) (50%). **1.2 Concessões:** A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Contrato	Revisão Tarifária Periódica			Receita Anual Permitida - RAP			
	Prazo (anos)	Vencimento	Prazo	Próxima	Índice de Correção	R\$ mil	Mês - Base
013/2008	30	08.10.38	5 anos	2019	IPCA	5.982	06/16
016/2008	30	08.10.38	5 anos	2019	IPCA	10.774	06/16

• Contrato nº 013/2008: Subestação Scharlau, em 230/138 kV com potência instalada de 450MVA e a Linha de transmissão (LT) em 230 kV, circuito duplo, com extensão aproximada de 23 km, com origem na Subestação Nova Santa Rita e término na Subestação Scharlau, que entrou em operação comercial no dia 09 de dezembro de 2010. • Contrato nº 016/2008: Subestação Forquilha em 230/69kV com potência instalada em 300MVA e as Linhas de Transmissão (LT) em 230 kV, circuito simples, (i) com extensão aproximada de 100 km, com origem na nova Subestação Joinville Norte e término na Subestação Curitiba e (ii) com extensão aproximada de 50 km, com origem na Subestação Jorge Lacerda B e término na Subestação Siderópolis, com entrada em operação em 12 de outubro de 2011, 18 de agosto de 2012 e 13 de agosto de 2015, respectivamente. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração em 23 de fevereiro de 2017. **2. Apresentação das demonstrações**

financeiras e sumário das práticas contábeis: 2.1. Bases de elaboração e apresentação: As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Exceto quanto ao resultado do exercício, a Companhia não possui outros resultados abrangentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma indicado. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional").

Diretoria	
Kleber Ferreira dos Santos - Diretor Administrativo e Financeiro	Dirceu Bueno de Camargo - Diretor Técnico

As demonstrações financeiras na íntegra, auditadas pela Boucinhas, Campos & Conti Auditores Independentes, devidamente acompanhadas de relatório, encontram-se à disposição na sede da sociedade.

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Receita operacional líquida	37.086	21.962		
Custos dos serviços	(14.936)	(12.603)		
Lucro bruto	22.150	9.359		
Despesas operacionais				
Administrativas e gerais	(1.463)	(1.041)		
Lucro antes do resultado financeiro e do imposto de renda e da contribuição social	20.687	8.318		
Resultado financeiro líquido				
Receitas financeiras	235	426		
Despesa financeira	(3.426)	(2.105)		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.496	6.639		
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	-	-		
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	(6.995)	(2.747)		
Lucro líquido do exercício	10.502	3.892		
Lucro por ação - básico e diluído (por lotes de mil ações)	0,049	0,018		

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido do exercício	10.502	3.892		
Resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	10.502	3.892		

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	2016		2015	
	2016	2015	2016	2015

Fluxo de caixa das atividades operacionais

Lucro líquido do exercício 10.502 3.892

Ajustes

Juros sobre financiamentos	1.876	2.304		
PIS e COFINS diferidos	2.762	1.206		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.995	2.747		
Receita de Remuneração de Ativos Concessão (Acrescimo) e decréscimos nos ativos	(41.526)	(24.763)		
Outros ativos	(204)	(83)		
(Acrescimo) e decréscimos nos passivos				
Fornecedores	(96)	(2.145)		
Obrigações tributárias e trabalhistas	44	(320)		
Outras contas a pagar	4.271	1.252		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (15.376)	(15.910)			
Juros pagos	(1.876)	(1.960)		
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(17.252)	(17.870)		

Fluxos de caixa das atividades de investimentos

Caixa restrito	(18)	(47)		
Contas a receber (Ativo de concessão)	17.628	13.999		
Caixa líquido gerados pelas atividades de investimentos	17.610	13.952		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de financiamentos	-	-		
Amortizações de empréstimos e financiamentos	(3.851)	(3.833)		
Aumento de Capital	3.258	6.400		
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(593)	2.567		
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(235)	(1.351)		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.240	2.591		
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.005	1.240		
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(235)	(1.351)		

Contadora
Silvia Regina Silverio - CRC nº 1SP 175812/O-0

IRSA ROLAMENTOS S/A

CNPJ/MF nº 57.496.580/0001-77

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO

Balancos Patrimoniais em 31/12/2016		2015		2016		Balancos Patrimoniais em 31/12/2016		2015		2016	
Ativo	2015	2016	Passivo	2015	2016	Ativo	2015	2016	Passivo	2015	2016
Ativo Circulante	8.238.980,75	8.681.907,52	Passivo Circulante	6.693.244,58	4.871.013,98	Receita Operacional Bruta	26.197.110,36	25.575.545,06	Vendas Mercadorias Matriz/Filiais	26.197.110,36	25.575.545,06
Disponível	296.319,16	297.637,17	Exigível	5.829.406,28	3.889.388,11	(-) Impostos	4.936.881,49	5.040.879,78	(-) Devoluções	655.825,23	395.220,04
Caixa	22.711,54	56.977,88	Fornecedores Nacionais	1.597.504,85	1.918.798,98	Lucro Operacional Líquido	20.604.403,64	20.139.445,24	(-) Custo Mercadoria Vendida	12.685.097,19	12.807.756,63
Bancos	140.968,04	-21.006,29	Contas a Pagar	579.239,82	358.204,57	Lucro Operacional	7.919.306,45	7.331.688,61	(-) Despesas Administrativas	4.405.601,16	4.467.814,44
Aplicações Financeiras	132.639,58	261.665,58	Pró Labore a Pagar	6.301,75	6.423,55	(-) Despesas Vendas	150.720,52	77.952,02	(-) Despesas Financeiras	424.595,15	429.248,69
Realizável Curto Prazo	2.609.399,17	3.048.792,00	Provisão para Férias	281.596,92	306.215,50	(-) Depreciações	326.611,76	329.728,57	(+) Receitas Financeiras	165.466,30	69.359,72
Duplicatas Receber	2.431.868,38	2.939.173,07	Seguros a Pagar	30.084,12	32.042,90	Lucro Antes Contribuição Social	2.777.244,16	2.096.304,61	Lucro ou Prejuízo do Exercício	2.014.177,91	2.096.304,61
Outras Contas a Receber	133.811,85	65.692,50	Salário a Pagar	97.744,44	117.472,15	Demonstração Fluxo de Caixa em 31.12.2016		2.016	(+) Lucro Líquido do Exercício		2.096.304,61
Prêmio de Seguro	43.718,94	43.926,43	Dividendos a Pagar	3.236.934,38	1.150.230,46	(+) Depreciação		329.728,57	(-) Depreciação		329.728,57
Realizável Longo Prazo	0,02	0,02	Exigível Curto Prazo	863.837,84	981.625,87	Ajustes Variações das Contas do Ativo e Passivo Operacional (Exceto as Contas do Caixa/Banco/Aplicações)			(+) Diminuição de Duplicatas a Receber		-507.304,69
Depósito Compulsório	0,01	0,01	Contribuição Assistencial Recolher	1.101,21	1.732,90	(-) Perdas/Ganho Vendas de Bens Imobilizado		-56.913,54	(-) Aumento/Diminuição nos Estoques		-2.215,91
Depósito CTBC	0,01	0,01	ICMS a Recolher	135.503,93	71.852,97	(+) Aumento/Diminuição em Estoques		321.294,13	(+) Aumento/Diminuição em Contas a Pagar		221.035,25
Estoques Produtos Acabados	5.333.262,42	5.335.478,33	PIS a Recolher	12.060,68	10.378,43	(+) Aumento/Diminuição em Obrigações Fiscais		-70.874,16	(+) Aumento/Diminuição em Obrigações Trabalhistas		56.799,95
Mercadorias em Estoque	5.349.177,58	5.344.239,09	IRRF a Recolher	43.980,64	51.105,48	1. Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	2.387.854,21	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			165.118,00
Mercadorias Poder Terceiros	36.340,78	44.145,18	IRPJ a Recolher	110.556,15	107.283,75	(+) Recebimento de Venda Imobilizado		165.118,00	2. Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento		165.118,00
(-) Mercadorias de Terceiros	-52.255,94	-52.905,94	Contribuição Social a Recolher	62.940,32	61.173,22	(-) Empréstimos Obtidos		200.999,96	(-) Pagamentos de Dividendos		-2.086.703,92
Ativo Imobilizado	1.056.945,81	888.093,53	Outras Obrigações a Recolher	338,24	258,91	(-) Aumento do Dividendo a Pagar		-690.540,24	Diminuição de Empréstimo a Pagar		24.590,00
Investimentos	27.180,54	27.180,54	ISS a Recolher	188,89	327,39	3. Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento	-2.551.654,20	Aumento Líquido ao Caixa e Equivalentes de Caixa (1+2+3)			1.318,01
Incentivos Fiscais EMBAER	5.723,39	5.723,39	Empréstimos Bancários	349.000,04	550.000,00	Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período		296.319,16	Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período		297.637,17
Incentivos Fiscais FINAM	7.173,50	7.173,50	COFINS a Recolher	55.664,70	47.899,91	Variação das Contas Caixa/Banco/Equivalentes		1.318,01	legislação do IR., e as normas atuais de contabilidade. 4. Em função da nova Lei 11.638/2007, foi incorporados ao Balanço o DFC, que está demonstrado pelo método indireto que indica todas as movimentações dos fluxos das atividades operacionais de investimentos e financiamento da empresa.		
Direito Uso de Linha Telefônica	14.283,65	14.283,65	INSS a Recolher	51.009,44							